



**ACÓRDÃO Nº422/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11684/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Superintendência Municipal de Transportes Urbanos – SMTU.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Francldes Correa Ribeiro (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1114/2020-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual.  
Superintendência Municipal de Transportes Urbanos  
- SMTU. Exercício de 2018.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação.  
Recomendação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** as contas, da Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU, referente ao exercício de 2018, sob a responsabilidade do **Sr. Francldes Correa Ribeiro**, Gestor e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 22, inciso III c/c art. 25, ambos pertencentes à Lei nº 2.423/96 e art. 188, §1º, III, da Resolução nº 04/2002;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Francldes Correa Ribeiro**, Gestor e Ordenador de Despesa, ao tempo do exercício em análise no valor de **R\$ 6.827,19** (seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos), conforme os termos do art. 54, VII, da Lei nº 2.423/96, alterada pela Lei complementar nº 204/2020, c/c art. 308, inciso VII, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução n.º 4/2018-TCE/AM, por impropriedade identificada e considerada insanada, identificada no item 2 da fundamentação do Relatório/Voto. O valor deverá ser recolhido **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual, através de Documento de Arrecadação – DAR avulso, gerado no sítio eletrônico da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, sob o código 5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM-



**ACÓRDÃO Nº422/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

FAECE, devendo ser encaminhado comprovante do pagamento a esta Corte de Contas, devidamente autenticado pelo banco. Fica a DERED autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

**10.3. Determinar** que a próxima Comissão de Inspeção verifique possíveis despesas ilegítimas, referentes ao recolhimento para o INSS, item 7 da fundamentação do Relatório/Voto;

**10.4. Recomendar** à Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU que:

**a)** Realize a publicação do resultado dos certames licitatórios, principalmente na modalidade pregão, onde é considerado o menor preço que seja publicado o resultado da licitação, discriminando os itens por preço unitário e empresa vencedora e quantidade, item 2 da fundamentação do Relatório/Voto;

**b)** Utilize preferencialmente a forma eletrônica, quando da modalidade Pregão para aquisição de bens e serviços comuns, em caso de impossibilidade registro aos autos do processo os fatos determinantes para utilização da forma presencial, item 3 da fundamentação do Relatório/Voto.

**11- Ata:** 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 28 de Abril de 2020.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral